COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 996, DE 2020

Institui o Programa Casa Verde e Amarela.

Dê-se ao §3° do artigo 7° da Medida Provisória nº 996 de 2020 a seguinte

redação:

§ 3º As unidades habitacionais produzidas pelo Programa Casa Verde e Amarela poderão ser disponibilizadas aos beneficiários, sob a forma de cessão, doação, comodato ou venda, mediante financiamento ou não, em contrato subsidiado ou não, total ou parcialmente, conforme previsto em regulamento.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 996 de 2020 institui o Programa Casa Verde e Amarela, com vistas a encerrar o Programa Minha Casa, Minha Vida. O programa habitacional anunciado pelo Ministro do Desenvolvimento Regional, o Sr. Rogério Marinho, exclui a famílias de baixa renda sob o argumento de que, primeiramente, deverão ser finalizadas as unidades habitacionais contratadas ainda no Minha Casa, Minha Vida. Portanto, demonstra-se que o programa propagandeado não tem a finalidade de suprir a demanda habitacional causadora do déficit habitacional brasileiro, mas apenas ser instrumento para ajudar as grandes construtoras e empreiteiras deste país.

O déficit habitacional brasileiro, que diz respeito a milhões de famílias residentes em casas muito precárias ou em áreas de risco e ainda às que têm grande parte da renda comprometida com aluguel, historicamente sempre foi elevado e aumentou em 220 mil imóveis entre os anos 2015 e 2017 (último dado disponível). Segundo o levantamento feito pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o déficit por moradia atingiu seu recorde de 7,78 milhões de unidades habitacionais no ano de 2017.

As primeiras propostas apresentadas pelo Governo Bolsonaro eram no sentido de acabar com o Programa Minha Casa, Minha Vida e criar um grande programa aluguel, ainda quando o Sr. Gustavo Canuto era o Ministro do Desenvolvimento Social. Os beneficiários mais pobres teriam que alugar um imóvel ao invés de financiar uma casa própria. Desta feita, entendemos que a possibilidade de locação ou arrendamento descaracteriza qualquer programa social que vise acabar com o déficit habitacional de forma estrutural.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade Assessoria Técnica

Sala das Comissões, em 28 de agosto de 2020.

Deputado Edmilson Rodrigues PSOL/PA CD/20630.01619-00